

MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO OBJETO EM BANTU E EM TUPI-GUARANI

FÁBIO BONFIM DUARTE / Poslin-UFG
fbonfim@terra.com.br
www.lettras.ufmg.br/fbonfim

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca mostrar que línguas bantu e línguas da família linguística Tupi-guarani exibem marcação diferencial do objeto. Para examinar tal fenômeno, centro minha atenção principalmente em três línguas, a saber: o Guarani, o Ka'apor e o Changana. É importante salientar que o Changana¹, também conhecida na literatura como Xitchangana, é uma das várias línguas nativas catalogadas pelo atlas geográfico de Moçambique. Pertence ao ramo de línguas Níger-Congo e é uma língua majoritariamente falada no distrito de Gaza e em Maputo, região sudeste de Moçambique. Changana é ainda falada na África do Sul e no Zimbabwe, países estes que se situam na região de fronteira com Moçambique. Já o Ka'apor e o Guarani são línguas indígenas brasileiras e ambas pertencem à família linguística Tupi-Guaraní, Tronco Tupí. O Ka'apor é falado por cerca de 1000 pessoas e suas aldeias se localizam no estado do Maranhão, na região nordeste do Brasil. O Guarani, por sua vez, é falado na região sul do Brasil, na Argentina e no Paraguai. Para mais detalhes sobre o Guarani remeto o leitor à tese de doutorado de Martins (2003).

A hipótese teórica que exploro neste trabalho é a de que as escalas de animacidade e de definitude desempenham forte papel no engatilhamento da marcação diferencial do objeto nessas línguas. Para ancorar teoricamente minha proposta, assumo as propostas de Silverstein (1976), Givón (1978), Comrie (1989), Aissen (2002) e Haspelmath (2008), segundo as quais há sim

¹ Conforme Duarte (2012:1), “Changana, also referred to as Xitchangana in the literature, is one of the several native languages catalogued by the Geographic Atlas of Mozambique. The language belongs to the Bantu branch of the Niger-Congo languages and is mainly spoken in the Gaza District and in Maputo, in the southern region of Mozambique. Changana is also spoken in some of the countries that lie along the boundary line of Mozambique, such as South Africa and Zimbabwe.”

forte correlação entre marcação diferencial de objeto e o grau de proeminência que o objeto ocupa na escala de animacidade e definitude. Conforme esses autores, a marcação diferencial de objeto, doravante DOM, consiste em um fenômeno, no qual o objeto de verbos transitivos pode receber determinadas marcações para codificar nuances semânticas distintas. Neste sentido, o engatilhamento de DOM, em muitas línguas, está diretamente conectado com os traços de definitude e animacidade que o objeto denota, de modo que o fator que regula a marcação diferencial ou não de objetos está estreitamente relacionada a essas propriedades. Aissen (2002), por exemplo, postula dois princípios que operam quando DOM é acionado: o princípio da iconicidade e o princípio de economia. Estes princípios dão conta do fato de que será marcado o objeto (direto/indireto) que possuir traços menos previstos na escala de proeminência. Desta maneira, quanto mais atípicos forem os traços de um objeto, mais provável de este argumento ser marcado em determinada língua. Por esta razão, Aissen² (2002) propõe duas escalas de proeminência para dar conta do fato de que DPs na posição sintática de objeto (direto ou indireto), quando altos na escala de animacidade e definitude, são mais suscetíveis a apresentarem marcação diferencial. Em suma, a inter-relação entre função de objeto e a escala de definitude/animacidade produz as seguintes hierarquias de marcação do objeto:

(1) **a. ANIMACY SCALE:**

human > animate > inanimate

b. DEFINITENESS SCALE:

Personal pronouns > Proper name > Definite NP > Indefinite specific NP
> Non-specific NP

²Aissen (2002:8) assume o seguinte:

‘according to these hierarchies, if any clauses are to be avoided because of the animacy of the subject and/or object, it will be clauses with inanimate subjects and/or human objects.’

De acordo com as duas escalas arroladas acima, a previsão é a de que nunca acontecerá uma situação em que argumentos que ocupam posições baixas na escala de definitude virem marcados, enquanto aqueles argumentos que ocupam uma posição alta nesta mesma escala não sejam marcados. Em suma, esta propriedade tipológica pode ser mais bem percebida pela seguinte generalização de Comrie (1986):

The most natural kind of transitive construction is one where the A is high in animacy and definiteness, and the P is lower in animacy and definiteness; and any deviation from this pattern leads to a more marked construction... the construction which is more marked in terms of information flow should also be more marked formally. (COMRIE, 1986, p. 128).

A previsão de Comrie (1986) acima fica particularmente evidenciada pelo fato de que, em várias línguas do mundo, os pronomes pessoais de primeira e pessoa são os tipos mais marcados de objeto, enquanto objetos indefinidos e não-específicos são os D/NPs menos marcados. As escalas propostas em (1) formam, assim, a base para a explicação de ocorrência de DOM em várias línguas naturais, a qual é inteiramente, ou em parte, determinada pelos traços de definitude e/ou animacidade do objeto. O ranqueamento dessas restrições denota que as ocorrências de objetos pronominais e definidos na posição de objeto tendem a ser mais marcadas formalmente nas línguas humanas. Desta maneira, adotarei nesta pesquisa a assunção de que as línguas Changana, Guarani e Ka'apor tendem a realizar uma marcação diferencial de objetos que ocupam as posições mais altas na escala de animacidade e definitude, haja vista que esses argumentos possuem os traços semânticos que, em geral, são menos esperados para esse tipo de argumento. Adicionalmente, o que a literatura vem mostrando é que DOM pode ser realizado por meio de morfologias específicas de caso, por meio do sistema de concordância ou por meio da ordem de constituintes. Começamos então com a análise do DOM em Changana.

1. EVIDÊNCIAS DO GUARANI

Em Guarani, observa-se que o sufixo/posposição [**pe** ~ **me**] é engatilhada para marcar a animacidade e definitude do objeto. Comparem-se os exemplos a seguir:

PRESENÇA DE **pe** CODIFICA QUE O OBJETO TEM INTERPRETAÇÃO DEFINIDA

- (2) ava o-juka-ségui mborevi-**pe**
 homem 3SG-matar-INTC anta-PSP
 “O homem de propósito matou a anta.”

AUSÊNCIA DE **pe** CODIFICA QUE O OBJETO TEM INTERPRETAÇÃO INDEFINIDA

- (3) ava o-juka-ségui mborevi
 homem 3-matar-INTC anta
 “O homem de propósito matou uma anta (leitura indefinida)”

Tendo-se em conta os dados do Guarani, nota-se que a marcação diferencial do objeto em Guarani é condicionada pelos traços [+ANIMADO] E [+DEFINIDO]. O dispositivo gramatical utilizado pelo Guarani para expressar DOM dá-se por meio da posposição marcadora de Caso dativo **pe**. O quadro abaixo resume os traços semânticos que o referente do objeto precisar ter para que DOM ocorra em Guarani.

Função sintática	Traços do referente do objeto
objeto direto	[+ANIMADO] [+DEFINIDO]
QUADRO 1	

2. EVIDÊNCIAS DO KA'APOR

2.1. O FATOR ANIMACIDADE

O que se observa é que a língua Ka'apor requer marcação diferencial dos objetos quando estes são [+ANIMADOS]. Desta maneira, objetos pronominais e não pronominais, cujo referente carrega o traço [+ANIMADO] e

[+HUMANO] precisam receber uma marcação diferencial. Esta marca realiza-se na morfossintaxe por meio da partícula [.ke], que figura enclítica ao NP na posição de objeto. Por este motivo, assumirei, doravante, que uma das funções de DOM em Ka'apor é evitar ambiguidades na identificação das funções sintáticas de sujeito e de objeto em predicados transitivos de ação, particularmente quando estes argumentos competem pelas posições sintáticas nucleares na sentença. Em tais contextos, uma vez que o objeto corresponde a um NP (+ANIMADO (+HUMANO)), deve vir obrigatoriamente marcado pela partícula [.ke], conforme mostram os dados a seguir:

- (4) *Tuti ke Xa'e Ø-jukwa*
Tuti MO Xa'e 3-matar
"Xa'e matou Tuti."

(Kakumasu, 1986:351)

- (5) *Mataru Xa'e ke Ø-nupã ð*
Mataru Xa'e MO 3-bater REP
"Mataru bateu em Xa'e novamente."

(Kakumasu, 1986:351)

Além dos contextos acima, pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, singular ou plural, vêm obrigatoriamente marcados pela partícula [.ke] sempre que ocorrem nas posições sintáticas de objeto. Tendo em conta essa distribuição, a generalização que se pode propor é a de que pronomes pessoais, uma vez que são intrinsecamente [+animados] e [+humano] engatilham a partícula [.ke]. Tal fato sinaliza que DOM é sempre acionado em Ka'apor nos contextos em que o objeto vem realizado por meio de pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa. Note-se que em tais ambientes sintáticos o sujeito corresponde a um agente típico. Este sistema coaduna-se com o pressuposto teórico de que NPs [+humanos] e [+animados], que ocupam a posição sintática de objeto, tendem a receber algum tipo de marcação diferencial. É este fato que explica a razão por que esses NPs recebem a partícula [.ke] em Ka'apor. Nesses contextos, DOM é particularmente requerido

tendo em conta o fato de que o sujeito e o objeto são ambos altos na escala de animacidade, conforme mostram os exemplos a seguir:

(6) *apo pehẽ ihẽ ke pe-harõ ta*
 agora tu eu MO 2PL-esperar IMIN
 'Agora você esperará por mim.'

(7) *ihẽ ne ke a-pyhyk 'y*
 eu tu MO 1SG-pegar IMIN
 'Eu pegarei você.'

(CALDAS, 2009, p. 327)

Em suma, pode-se concluir que os dois subsistemas descritos acima estão diretamente relacionados à escala de animacidade. Portanto, o fato de objetos [+ANIMADOS] e [+HUMANOS] forçarem o engatilhamento de DOM em Ka'apor reflete uma tendência tipológica nas línguas de maximamente diferir o objeto do sujeito, particularmente quando os traços semânticos desses dois argumentos nucleares coincidem seja escala de animacidade seja na escala de definitude.

2.2. O FATOR DEFINITUDE

Ao contrário dos contextos descritos na seção anterior, há contextos no quais DOM é exigido em Ka'apor, muito embora a ausência da marcação diferencial não conduza à ambiguidade semântica pelo fato de o objeto não ser [+ANIMADO]. Em tais contextos, o fato digno de nota é que, embora o objeto não seja alto na hierarquia de animacidade, ele o é na escala de definitude, em virtude de corresponder a um NP cujo referente é dado no contexto pragmático. Comparem-se os exemplos (a) e (b) abaixo:

(8a) *ihẽ 'ok ke a-peir ã*
 eu casa MO 1SG-varrer PERF 2
 'Eu varri a casa.'

(8b) *ihẽ 'ok a-peir*
 eu casa 1SG-varrer

'Eu (usualmente) varro a casa.'

- (9a) a'e 'ok ke Ø-mujã
 3 casa MO 3SG-fazer
 'Ele tem construído a casa.'

(Silva, 2001:39)

- (9b) ihẽ 'ok a-mujã
 1 casa 1SG-fazer
 'Eu (usualmente) construo casa.'

- (10a) a'e i-ky ke Ø-ji'ok
 3 NC-piolho (de alguém) MO 3-extrair
 'Ele extraiu o piolho.'

(Silva, 2001:37)

- (10b) ihẽ iky a-ji'ok
 eu NC-piolho 1-extrair
 'Eu extraí um piolho (de alguém).'

(Caldas, 2001: 27)

- (11a) ihe^① narãj ke a-pirok
 eu laranja MO 1SG -descascar
 'Eu descasquei a laranja.'

- (11b) Ø-pirok narãj tĩ
 3SG-descascar laranja REP
 'Ele descascou uma laranja.'

(Silva, 2001:38)

Curiosamente, o inverso também ocorre, já que objetos animados nem sempre engatilham DOM. Em tais contextos, o NP na posição sintática de objeto, embora seja [+ANIMADO, +HUMANO], permanece sem marca diferencial. Este fato se explica porque esse NP se refere a uma entidade não definida e não específica, conforme mostram os exemplos a seguir:

- (12) t-a'yr Ø-pyhu-katu i-paj tĩ
 G-fiho 3SG-respeitar-INTS NC-pai REP
 'Filho respeita pai.'

(Caldas, 2001:7)

Tendo em conta o exemplo em (29), notamos que objetos [+ANIMADO, +HUMANO] nem sempre engatilham marcação diferencial do objeto, como o leitor, a princípio, podia ter imaginado. Desta forma, uma maneira de contornarmos este problema é propormos que DOM na língua Ka'apor não é

regulado pela escala de animacidade, mas sim pela escala de definitude. A principal evidência a favor de assumirmos esta hipótese surge do fato de que DOM é obrigatório em objetos definidos e específicos, independentemente do fato de o objeto ser humano, animado ou inanimado. Consequentemente, parece plausível admitirmos que a marcação diferencial de objetos definidos não seja opcional em Ka'apor, mas ao contrário obrigatório. Esta assunção, por sua vez, explica a razão por que pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa (=the local persons (1st and 2nd)), NPs definidos, NPs humanos/animados e NPs definidos não-animados, quando estão na posição de objeto, são todos suscetíveis a receberem a marcação diferencial por meio da partícula [.ke]. Em suma, concluo que DOM em Ka'apor é bastante previsível em contextos nos quais os objetos são realizados por meio de pronomes de primeira e segunda pessoas e por NPs definidos. Por conseguinte, a generalização que se pode assumir para explicarmos o engatilhamento da partícula [.ke] em objetos definidos na língua Ka'apor é a seguinte:

- (13) *pronomes de primeira e de segunda pessoas e NPs definidos tendem a receber DOM por serem mais salientes que outros NPs na escala de definitude.*

2.3. RESUMO DAS PROPRIEDADES DO DOM EM KA'APOR

Tendo por base a análise apresentada até aqui, a generalização que podemos formular é a de que o traço de definitude é o principal fator que obriga o engatilhamento do DOM em KA'APOR. Acompanhando esta proposta, assumirei que objetos que carregam o traço [+DEFINIDO] serão sempre marcados por [.ke], independentemente se o seu referente é animado, humano ou não. A representação no quadro abaixo busca captar esta assunção.

Função sintática	Traços do referente do objeto
objeto direto	[+ANIMADO] [+DEFINIDO]
QUADRO 2	

3. EVIDÊNCIAS DO CHANGANA

Pode-se afirmar com certa segurança que a marcação diferencial do objeto em Changana dá-se por meio do engatilhamento do marcador de objeto, doravante MO, no complexo morfológico do verbo. O que os dados apontam é que o aparecimento desta marca implica que o referente do objeto precisa necessariamente já ter sido mencionado anteriormente no contexto discursivo. Desse modo, este sintagma deve constituir o tópico discursivo para ser referido no complexo verbo por meio do afixo de concordância de objeto.³ Note que tal assunção fica particularmente instanciada pelo extrato abaixo, o qual foi extraído a partir da narrativa das peras que foi produzida por um de nossos consultores Changana.

(14a) *a lew (luwayi) wa mu-fana; luwiya a-nga-dib-a*
 DET este CL1 CL1-rapaz que CL1-REL-cair-VF

ni basek-e(ni)
 com bicicleta-em
 'este rapaz que caiu da bicicleta.'

(14b) *a-a-khohlw-e xi-dlqoko xa-kwe*
 CL1-TAM-esquecer-VF CL7-chapéu CL7-ele
 'tinha esquecido o chapéu dele.'

(14c) *se... swi-mui-vitan-a*
 aí... CL7-CL1-chamar-VF

³ Chimbutane (2002:99), por exemplo, postula a seguinte correlação para explicar o engatilhamento da concordância do objeto no verbo:

"(...) the presence or absence of the OM correlates with givenness and newness of the information referred to by the postverbal NP. In this sense, it may be said that object-marking is induced by pragmatic features of the targeted NP; only NPs with specific reference and functioning as discourse TOP may be object-marked."

‘Aí eles o chamaram.’

(14d). *a ku va* *a-teka* *xidlqoko* *lexiya*
para CL1-pegar chapéu aquele
‘para ele pegar aquele chapéu.’

(14e) *swi-mu_i-nyik-et-a*
CL8-CL1-entregar-CONTACTIVO-VF
‘(então) eles entregaram (o chapéu) para ele’

Note, em particular, o fato de que o prefixo de objeto {mu-}, que figura nos verbos das sentenças em (14c-e), tem como referente um sintagma já foi mencionado anteriormente no discurso. Mais precisamente, o que se observa é que esse morfema retoma o sintagma *a luwayi wa mufana* “este rapaz”, o qual ocorre na cabeça da oração relativa da sentença (14a), situação que corrobora a previsão de que a ocorrência dos marcadores de objeto em Changana, assim como se dá em outras línguas da família linguística bantu, serve sim como recurso gramatical para efetuar retomada de DPs já introduzidos anteriormente no discurso. Tendo em conta a evidência empírica fornecida acima e acompanhando a proposta de Chimbutane (2002), assumo, doravante, que o estatuto do marcador de objeto em Changana tem como principal função gramatical retomar DPs que sejam necessariamente definidos e referenciais. A consequência automática desta proposta é que a marcação diferencial do objeto em Changana tem a função de diferir objetos referenciais de objetos não referenciais. Esta é exatamente a situação envolvida nos pares mínimos arrolados abaixo em que os referentes dos objetos devem necessariamente ser interpretados como já sendo conhecidos previamente pelos interlocutores.

(15) *xona* *xi-rhanza* *a* *xinwanani*
ele CL7-ama DET menino
‘Ele ama o menino.’

(16) *xona* *xa-xi-rhanza* *a* *xinwanani*
ele CL7-CL7-ama DET menino
‘Ele ama O MENINO.’

(17) *xinwanani* *xi-rhandz-a* *ma-donsi*

CL7-criança CL7-gostar-VF CL6-doce
'A criança gosta de doce.'

- (18) *xinwanani xa-ma-rhandz-a ma-donsi?*
CL7-criança CL7-MO.CL6-gostar-VFCL6-doce
'A criança gosta DE DOCE?'

Por conseguinte, tendo em conta os dados acima, a hipótese que assumirei neste trabalho é a de que somente objetos definidos, sejam eles animados ou inanimados, podem engatilhar os afixos de concordância de objetos no verbo. Curiosamente, observa-se que em algumas das variedades da língua Changana, objetos definidos parecem requerer a ocorrência da partícula **a** antes do objeto. Desta maneira, uma hipótese plausível seria assumirmos que nesses contextos essa partícula tem a função de contribuir para incrementar ainda mais a leitura de definitude do referente dos objetos, conforme indicam os exemplos a seguir:

- (19) *na-mu_i-tiva a mufana_i*
1SG-him/CL1-know DET boy
'I know the boy.'

- (20) *na-mu_i-tiva-∅ a mufana_i [lweyi a_i-dla-ku pawa]*
1SG-him/CL1-know-PRES DEF boy-CL1 this-CL1 CL1-eat-REL bread
'I know the boy who eats (some) bread.'

- (21) *a xi-ngove_i lexi ni-nga-ta-xi_i-vona xi-dla nyama*
DET CL-cat this-CL9 I-REL-FUT-him/CL9-see CL9-eat meat
'This cat that I will see (it) eats meat.'

- (22) *a wanuna_i lweyi ni-nga-mu_i-yiv-el-a a*
particela
PART man-CL1 this-CL1 I-REL-him/CL1-buy-APPL-VF PART
pencil

a-va_ivissek-ile

CL1-unhappy-PAST

'The man from whom I stole the pencil is unhappy.'

- (23) *a xi-ngove_i le-xi_i ni-nga-ta-xi_i-vona*

DET CL9-cat this-CL9 I-REL-FUT-it/ CL9-see

xi-dla nyama
CL9-eat meat
“This cat that I will see (it) eats meat”.

- (24) **a ngwana** leyi [relative clause ni-nga-**yi**-rhandza] yi-f-ile
PART dog_i -CL7 this-CL7 I-REL -him/CL7_i-love CL7-die-
PAST
“This dog (that) I loved (him) died.”

Para termos certeza de que a partícula **a** nos exemplos acima realmente indica definitude do objeto, seria importante averiguarmos se nesses contextos a concordância de objeto pode ou não ser apagada. A expectativa é a de que, sendo o objeto definido, a marca de concordância de objeto no verbo não poderia, em princípio, ser omitida em tais contextos. Contudo, por falta de dados contrastivos mais substanciais, não pudemos averiguar até o momento se tal predição realmente se confirma ou não, de modo que deixaremos o aprofundamento desta questão para uma pesquisa futura.

Outra evidência de que o afixo de concordância de objeto realmente constitui um dispositivo gramatical para indicar marcação diferencial de objeto advém dos contextos abaixo, retirados de Chibutane (2002:85). Notem que tais contextos indicam que, de fato, a estratégia de concordância do verbo com o objeto não se aplica caso o objeto ocupe uma posição baixa na escala de referencialidade, conforme indica a agramaticalidade dos exemplos em (25b) e (26b) a seguir:

(25a) *mu-hloti a-dlay-ile n'-chumu*
CL1-hunter 3SG-matar-PASS CL3-coisa
'O caçador matou algo.'

(25b) **mu-hloti a-wu-dlay-ile n'-chumu*
CL1-hunter 3SG-MO-matar-PASS CL3-coisa
'O caçador matou algo.'

(26a) *n-ghonyama yi-dlay-ile mu-nhu*
CL9-leão 3SG-matar-PASS CL1-pessoa
'O leão matou alguém.'

- (26b) **n-ghonyamayi-mu-dlay-ile* *mu-nhu*
CL9-leão 3SG-matar-PASS CL1-pessoa
'O leão matou alguém.'

Terceira evidência a favor da hipótese de que o traço de definitude realmente desempenha papel proeminente no engatilhamento de DOM em Changana advém de exemplos em que o objeto, embora carregue o traço [+ANIMADO], não engatilha a concordância diferencial por não ser definido. Isto fica particularmente instanciado pelo fato de que os objetos abaixo não vêm acompanhados da partícula a, cuja principal função é codificar o traço de definitude. Os dados abaixo mostram, portanto, que a ausência da marca de objeto no verbo está diretamente relacionada ao fato de o objeto ser não definido.

- (27) *ni-tiv-a* *mufana*
1SG-conhecer-VF rapaz
'Eu conheço o rapaz.'
- (28) *ni-ta-vona* *xi-ngove*
1SG-FUT-verei-VF gato
'Eu verei um gato.'

Em síntese, os dados em (27) e (28) confirmam, portanto, que não basta que o objeto seja animado para que ocorra a concordância diferencial. Na verdade, o fator gramatical que conta para que a marcação diferencial do objeto seja engatilhada é que o referente do objeto precisa carregar necessariamente os traços [+DEFINIDO, +REFERENCIAL], para que a concordância de objeto ocorra no complexo morfológico do verbo.

Outro contexto em que a marcação diferencial do objeto se faz sentir surge das restrições semânticas impostas pela natureza aspectual da sentença. Chimbutane (2002:87), por exemplo, salienta que há, em Changana, dois tipos de aspecto: um que ele descreve como sendo presente assertivo e outro que ele classifica como sendo presente pressuposicional.⁴ Na verdade,

⁴ Esta análise se sustenta na hipótese de Chimbutane (2002:88), segundo a qual:

estas duas categorias correspondem, respectivamente, ao que a literatura linguística tradicionalmente descreve como aspecto progressivo e habitual. Com base nesta assunção, o que se observa é que o fato de o evento denotar um evento habitual ou progressivo faz com que o objeto possa ter uma leitura de tópico, portanto o seu referente será necessariamente interpretado como [+REFERENCIAL], ou de foco, contextos nos quais o referente do objeto será interpretado como informação nova no discurso. Em síntese, o que se observa é que o presente assertivo não permite a concordância do verbo com o objeto, porque esta forma verbal denota que o objeto deve ter uma leitura de foco, pois é uma informação nova. Já as sentenças que possui uma forma verbal no presente pressuposicional implica necessariamente que o referente do objeto deve constituir uma informação já dada no discurso. Em outros termos, esta forma verbal, por denotar que o evento realiza-se no aspecto habitual, pode engatilhar a concordância de objeto justamente por pressupor que o referente do objeto deve constituir uma informação já dada no discurso. Outra diferença formal importante é que somente o presente pressuposicional realiza morfologia de aspecto, a qual é instanciada pelo afixo {à-}, enquanto o presente assertivo é simplesmente não marcado. Seguindo esta linha de raciocínio, a agramaticalidade do exemplo em (29b) abaixo resulta do fato de a escolha do presente assertivo (=aspecto progressivo) resultar na interpretação de que o referente do objeto é informação nova no discurso. Comparem-se os exemplos a seguir:

(29a) Ndzi-dl-á nyámà
1SG-comer-VF CL9-carne
“Estou comendo carne”.

(29b) *Ndzi-yí-dl-á nyámà
1SG-comer-VF CL9-carne

“The choice between present assertive (..) and present presuppositional (..) depends on whether the postverbal NP provides new or old information, that is, whether the postverbal NP is assumed to be FOC or a discourse TOP. (...) Present assertive does not allow object-marking (...), whereas present presuppositional does. (...) The fact that object-marking is possible with present presuppositional is a consequence of the fact that this present tense and the OM pick out arguments assigned the TOP function”

“Estou comendo carne”.

Contudo, quando o verbo se reveste da morfologia do presente pressuposicional (=aspecto progressivo), a leitura obtida é que o referente do objeto deve ser necessariamente interpretado como sendo alto na escala de referencialidade/definitude. Note que em tais contextos o morfema de aspecto deve necessariamente se realizar por meio do prefixo {a-}, conforme abaixo:

(30a) Ndz-a-dl-á nyámà
1SG-PRES-comer-VF CL9-carne
“Estou comendo carne”.

(30a) Ndz-a-yí-dl-á nyámà
1SG-PRES-comer-VF CL9-carne
“Estou comendo carne”.

Em suma, a impossibilidade de que a concordância do objeto figure no presente assertivo está diretamente conectada com o fato de esta forma verbal impossibilitar uma interpretação definida ao objeto. Todavia, quando a única interpretação possível for a de que o referente do objeto é necessariamente interpretado como sendo definido, por se referir a uma informação já dada no discurso, a concordância entre o verbo e o objeto não é opcional, mas, ao contrário, obrigatória. Para tal, comparem-se os dados a seguir:

(31a) ndz-a-mu-rhandz-a tati wa wena
1SG-PRES-MO-amar-VF irmã CL1 CL1-you
“Eu amo a sua irmã”

(31b) *ndz-a-∅-rhandz-a tati wa wena
1SG-PRES-∅-amar-VF irmã CL1 CL1-you
“Eu amo a sua irmã”

Há ainda contextos em que a concordância de objeto não pode figurar no verbo por ser o objeto indefinido, especialmente quando vem realizado por pronomes interrogativos. Pronomes interrogativos são, em geral, utilizados para focalizar o objeto e, portanto, introduzir uma informação nova. Este é o caso dos exemplos abaixo:

(32) u-nyik-e mani?
tu-dar-PASS quem
'Você deu (algo) pra quem?'

(33) u-von-e wihi?
tu-ver-PASS qual
'Você viu qual?'

O fato curioso é que não pode ocorrer a concordância de objeto no complexo verbal porque os referentes dos pronomes interrogativos são não específicos. Por esta razão, as sentenças abaixo são agramaticais.

(34) *u-mu-nyik-e mani?
tu-dar-PASS quem
'Você deu (algo) pra quem?'

(35) *u-mu-von-e wihi?
tu-MO.CL1-ver-PASS qual
'Você viu qual?'

Contudo, se o objeto for especificado, pode ocorrer a concordância do verbo com o objeto. Veja que esta é a situação que ocorre abaixo em que o pronome interrogado serve como um delimitador que especifica uma num conjunto de possíveis crianças.

(36) u-mu-nyik(il)e mani nwana?
tu-MO-dar-PASS qual criança
'Você deu (algo) pra quem?'

O mesmo se dá no exemplo abaixo em que o pronome interrogativo ocorre numa construção de clivagem. Neste contexto, a concordância de objeto é obrigatória, já que, se o marcador de objeto não for realizado no complexo verbal, a sentença torna-se agramatical. Para tal, comparem-se os exemplos abaixo.

(37) hi wihi u-nga-mu-ŵon-a?
é qual (pessoa) tu-REL-MO.CL1-ver-VF
'É qual das pessoas que você viu?'

(38) *hi wihi u-nga-∅-ŵon-a?

é qual (pessoa) tu-REL-Ø-ver-VF
 'é qual pessoa que você viu?'

Curiosamente, a sentença (37) pode até ocorrer sem a marca de objeto {mu-}. Todavia, neste caso, um pronome lembrete (returning pronoun) deve necessariamente figurar na posição pós-verbal para retomar o objeto que encabeça a construção clivada. Tal fato serve de evidência para assumirmos que o referente do objeto, em (39) abaixo, embora representado por pronome interrogativo, apresenta leitura referencial.

(39) hi wihi u-nga-Ø-ŵon-a yena?
 é qual tu-REL-Ø-ver-VF ele
 'É qual pessoa que você viu ela?'

Tendo em conta os dados apresentados até aqui, proporei que a marcação diferencial do objeto em Changana depende dos traços semânticos do referente do objeto. Concluo, portanto, que objetos referências, definidos e específicos favorecem a concordância do objeto no complexo verbal. Já objetos não referenciais e indefinidos não engatilham a concordância de objeto. Esta correlação pode ser mais percebida pelo quadro abaixo:

Contexto sintático	Traços do referente do objeto
Construções com objeto simples	[+DEFINITUDE] [+ESPECIFICO]
QUADRO 3	

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise comparativa das três línguas, desenvolvida até aqui, é-nos possível concluir o seguinte:

- (i) O dispositivo de marcação diferencial do objeto varia nas três línguas: enquanto o Changana utiliza a concordância diferencial, o Guarani e o Ka'apor utilizam marcadores de Caso;
- (ii) em Guarani, objetos recebem marcação diferencial somente se seu referente for [+ANIMADO, +DEFINIDO];
- (iii) já em Ka'apor e em Changana, objetos definidos são sempre marcados independentemente se o seu referente é animado ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AISSEN, Judith. 2003. Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy. *Natural Language and Linguistic Theory* 21,435-483.

BAKER, Mark. 2012. On the relationship of object agreement and accusative case: Evidence from Amharic. *Linguistic Inquiry* 43.

BUTT, M. & King, T. H. 1991. Semantic case in Urdu. In *Papers from the 27th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, eds. Dobrin, L., L. Nichols, and R.M. Rodriguez, 31–45. Chicago: CLS.

BUTT, M. 2003. Case systems: Beyond structural distinctions. In *New Perspectives on Case Theory*, eds. Brandner, Ellen and Heike Zinsmeister, 53-87. Stanford: CSLI Publications.

BUTT, M. 2006. The Dative-Ergative Connection. In *Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics*, eds. P. Cabredo-Hofherr and O. Bonami. The Hague. Thesus.

CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. *Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

CALDAS, Raimunda Benedita Cristina. *Uma proposta de dicionário para a língua Ka'apor*. Tese de doutorado. Brasília, 2009.

CHIMBUTANE, Feliciano. 2002. Grammatical functions in Changana: types, properties and function alternations. Tese de mestrado não publicada. The Australian National University.

CZEPLUCH, H. 1988. Case patterns in German: Some implications for the theory of abstract Case. In *McGill Working Papers in Linguistics, Special Issue on Comparative Germanic Syntax*, 79-122. Montreal, Canada: Department of Linguistics, McGill University.

DUARTE, Fábio Bonfim. 2011. Tense Encoding, Agreement Patterns, Definiteness and Relativization Strategies in Changana. In *Selected*

Proceedings of the 40th Annual Conference on African Linguistics, ed. Eyamba G.Bokamba et al., 80-94. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project. www.lingref.com, document #2567.

MARTINS, M. F. Descrição e análise de aspectos da gramática do Guaraní Mbya. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Línguas Indígenas - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

LEVIN, L. and J. S. 1981. Quirky Case and lexical representations of Icelandic verbs. In Papers from the Seventeenth Regional Meeting, Chicago Linguistics Society, 185-196. Chicago Linguistics Society, University of Chicago, Chicago.

ORMAZABAL, Javier & Juan Romero. 2007. The Object Agreement Constraint, *Natural Language and Linguistic Theory* 25: 315-347.

SAKSENA, A. 1980. The affected agent. *Language* 56(4):812-826.

SHIBATANI, M. 1977. Grammatical relations and surface Cases. *Language* 53:789-807.

SILVERSTEIN, M. (1976). Hierarchy of features and ergativity. In R. M. W. Dixon (Ed.), *Grammatical categories in Australian languages* (pp. 112–171). Canberra: Australian Institute of Aboriginal Studies. [Reprinted in P. Muysken, & H. van Riemsdijk. (1986). *Features and projections*, Foris, Dordrecht, pp. 163–232.]

SILVA, Tabita Fernandes. *Classes verbais e algumas questões pragmáticas em Ka'apor*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2001.

URA, H. 2001. Case. In *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, eds. Mark Baltin and Chris Collins (eds.), 334-373. Oxford: Blackwell.

WOOLFORD, Ellen. 2000. Object agreement in Palauan: Specificity, humanness, economy, and optimality. In *Formal Issues in Austronesian Linguistics*, ed. by I. Paul, V. Phillips, and L. Travis. Kluwer.

WOOLFORD, E. 2006. Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure. *Linguistic Inquiry* 37.1: 111-130.